

Luiz Carlos Prestes e Luiz Inácio da Silva (Lula): duas grandes lideranças x duas opções políticas opostas

Anita Leocádia Prestes*

Como é sabido, em 1930, ocorreu a adesão de Luiz Carlos Prestes ao PCB (denominado naquele período Partido Comunista do Brasil), consubstanciada no seu “Manifesto de Maio”,¹ em que o então famoso “Cavaleiro da Esperança” tornava pública sua identificação com as principais teses programáticas do PCB. A partir de então – dadas as conhecidas limitações do pequeno e clandestino PCB –, a repercussão alcançada pelas propostas dos comunistas será, em grande parte, decorrência do prestígio de Prestes e da publicidade que a influência do “Cavaleiro da Esperança” lhes proporcionará.

Para melhor entender esse controvertido episódio, torna-se necessário retroceder no tempo e reportar-se à trajetória anterior de Luiz Carlos Prestes, reconhecidamente a principal liderança não só da Coluna Prestes, como do tenentismo, no final da década de 1920.

A 3 de fevereiro de 1927, a Coluna Prestes encerrava seu périplo de 25 mil quilômetros

pelo Brasil, exilando-se em território boliviano sem ter sofrido nenhuma derrota. Também conhecida como Coluna Invicta, a Marcha, que constituiu o momento culminante do movimento tenentista, deu projeção tanto nacional quanto internacional a Luiz Carlos Prestes. A partir de então ele ficaria conhecido como o “Cavaleiro da Esperança”.²

Durante a Marcha da Coluna pelo interior do Brasil, Prestes viria a perceber que o programa de cunho liberal defendido pelos “tenentes”, tendo como centro a demanda do voto secreto, não era a solução para os graves problemas enfrentados pelo país. A miséria em que viviam as massas rurais causara forte impacto no líder da Coluna, levando-o a propor o encerramento da Marcha – uma vez que eram as populações rurais as que mais sofriam com a continuidade da luta – e, também, a voltar-se para a busca das causas profundas da triste situação em que vegetava a maioria da população brasileira. Anos mais tarde, ele escreveria:

* Anita Leocádia Prestes é doutora em História Social pela UFF e professora do Departamento de História da UFRJ.

¹ BASTOS, Abguar. *Prestes e a revolução social*. Rio de Janeiro: Calvino, 1946, p. 225-229.

² PRESTES, Anita Leocádia. *A Coluna Prestes*. 4ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

(...) Surpreendemo-nos com o atraso e a miséria em que vivia a população brutalmente explorada e oprimida por uma minoria proprietária da terra. Descobrimos rapidamente que no Brasil, rico e imenso, uma parte considerável dos camponeses não possuía um palmo de terra, via-se obrigada a viver nas terras dos grandes proprietários, submetida a seu arbítrio e sem ter a quem apelar, já que as autoridades locais eram aparentadas com os latifundiários ou estavam também submetidas à sua vontade. No interior do Brasil não tinha vigência a Constituição nem eram respeitadas as leis.(...)

Mas, se era um quadro que nos comovia e nos enchia de patriótica indignação, ao mesmo tempo nos fez compreender que problemas tão sérios não poderiam ser solucionados com a simples mudança de homens na presidência da República.”³

Uma vez no exílio – primeiro na Bolívia e, posteriormente, na Argentina –, L. C. Prestes encontraria no marxismo a resposta para as inquietações que a situação dramática de grandes contingentes da população brasileira nele despertara. Sua adesão à teoria marxista o levaria naturalmente ao encontro dos partidos comunistas então existentes tanto no Brasil como em outros países latino-americanos, propiciando também o contato com representantes da Internacional Comunista (IC), cujo Bureau Latino-Americano tinha Buenos Aires por sede.⁴

Prestes aderiu incondicionalmente ao comunismo sem conseguir, entretanto, seu reconhecimento pelo PCB nem, muito menos, seu ingresso nessa agremiação, que, sob a influência da tática de “classe contra classe” e da política de proletarianização, também chamada de “bolchevização”, adotadas no VI Congresso da IC realizado

em 1928, recusava a aliança com outras forças políticas e estigmatizava a presença de intelectuais “pequeno-burgueses” no Partido.⁵ Prestes era visto pela direção do PCB como um general “pequeno-burguês”,⁶ sendo acusado, inclusive, de ser o Chiang-Kai-shek brasileiro.⁷ O PCB temia o ingresso de Prestes em suas fileiras, pois o grande prestígio do “Cavaleiro da Esperança” poderia sobrepor-se à influência bastante limitada do Partido na sociedade brasileira. Havia o receio, até certo ponto justificado, de que Prestes, com seu carisma e sua reconhecida liderança, poderia “engolir” o PCB.

No difícil processo de aproximação ao PCB, Prestes seria levado a romper de público com seus antigos companheiros, os “tenentes” – que o haviam designado “chefe militar” da revolução tenentista –, posicionando-se abertamente a favor do programa da revolução agrária e antiimperialista defendido pelos comunistas brasileiros. Seu Manifesto de Maio de 1930⁸ é um documento de indiscutível importância, uma vez que consagra o início de uma nova fase na vida do “Cavaleiro da Esperança”. A partir daquele momento, Prestes deixava definitivamente para trás os antigos compromissos com o liberalismo tenentista e enveredava pela via da luta pelos ideais comunistas que passariam a nortear, dali por diante, toda sua vida.

Mas a importância do Manifesto de Maio transcende a virada ocorrida na trajetória política de Luiz Carlos Prestes. Pela primeira vez na história do Brasil, uma liderança de grande projeção nacional, a personalidade de maior destaque no

³ PRESTES, Luiz Carlos. Como cheguei ao comunismo. *Cultura Vozes*, v. 92, n. 2, março-abril 1998, p. 141.

⁴ Idem, p. 144-148.

⁵ PRESTES, Anita Leocádia. *Luiz Carlos Prestes e a Aliança Nacional Libertadora: os caminhos da luta antifascista no Brasil (1934/35)*. Petrópolis: Vozes, 1997, p. 44-45.

⁶ CARONE, Edgard. *Movimento operário no Brasil (1877-1930)*. São Paulo: Difel, 1979, p. 523-525; CARONE, Edgard. *O P.C.B. (1922-1943)*. v.1. São Paulo: Difel, 1982, p. 84.

⁷ CARONE, Edgard. *Classes sociais e movimento operário*. São Paulo: Ática, 1989, p. 301.

⁸ BASTOS, Abgaur. Obra citada, p. 225-229.

movimento tenentista, — na qual apostavam suas cartas as elites oligárquicas congregadas na Aliança Liberal, na expectativa de que o “Cavaleiro da Esperança” pusesse seu cabedal político a serviço dos objetivos da oposição oligárquica, aceitando participar do poder para melhor servi-la —, recusa tal poder, rompendo com os políticos das classes dominantes para juntar-se aos explorados e oprimidos, para colocar-se do lado oposto da grande trincheira aberta pelo conflito entre as classes dominantes e as dominadas, entre exploradores e explorados. Prestes tomava o partido dos oprimidos, abandonando as hostes das elites comprometidas com os donos do poder.

Tratava-se de um fato inédito, jamais visto no Brasil. Luiz Carlos Prestes, capitão do Exército, que se tornara general da Coluna Invicta, que fora reconhecido como liderança máxima das forças oposicionistas ao esquema de poder vigente na República Velha, talhado, portanto, para transformar-se no líder da “revolução” das elites oligárquicas, numa liderança política confiável dessas elites, usava seu prestígio para indicar ao povo brasileiro um outro caminho — o caminho da luta pela reforma agrária radical e pela emancipação nacional do domínio imperialista, o caminho da revolução social e da luta pelo socialismo.

Vale lembrar que Prestes, diferentemente de um João Cândido, na Revolta da Chibata, de um Roberto Morena, no movimento operário, ou de um Gregório Bezerra, junto aos trabalhadores rurais, não provinha dos setores populares, nem surgira da luta das classes exploradas e/ou marginalizadas do povo brasileiro. O “Cavaleiro da Esperança” era um líder que expressava principalmente os anseios de mudança das camadas médias urbanas no Brasil dos anos vinte, ainda que, ao final daquela década conturbada, os anseios de mudança representados pelo tenentismo empolgassem parcelas consideráveis de setores populares. Luiz Carlos Prestes, pelo seu papel destacado à frente do tenentismo, estava talhado para ser um político comprometido com os chefes oligárquicos que fizeram a “Revolução de

30”.⁹ Da mesma maneira que os “tenentes” Juarez Távora, Osvaldo Cordeiro de Farias ou João Alberto Lins de Barros, esperava-se de Prestes a participação ativa no movimento “revolucionário” de 1930.

Eis a razão do impacto causado pelo seu Manifesto de Maio. Poucos, muito poucos, entenderam o gesto do “Cavaleiro da Esperança”. Numa sociedade em que os setores populares foram, na maior parte das vezes, mantidos longe de qualquer participação na vida política nacional, parecia absurdo que um líder da envergadura de Prestes pudesse recusar o poder que lhe era oferecido, para, rompendo com a tradicional política de conciliação com os setores dominantes, colocar-se definitivamente ao lado dos oprimidos e dos explorados, à frente dos trabalhadores. Prestes não aceitara ser um político das classes dominantes. Passaria a ser um político comprometido com os interesses populares, ainda que tais setores, em sua maioria, não pudessem à época compreender a grandeza do seu gesto.

A atitude de Prestes em 1930 continua sendo criticada e mal compreendida. Maria Cecília Spina Forjaz escreve, por exemplo:

“Teriam sido outros os rumos e o sentido da revolução de 1930, se Prestes tivesse participado dela liderando o tenentismo.

Talvez contando com a sua liderança carismática e sua imensa penetração popular, o movimento tivesse conseguido impor seu projeto para a sociedade. Nesse caso, 30 poderia ter sido uma revolução das camadas médias e não a revolução oligárquica que foi.”¹⁰

Na realidade, se Prestes tivesse participado do movimento de 30, teria sido obrigado a abdicar de suas posições revolucionárias, transformando-

⁹ PRESTES, Anita Leocádia. *Tenentismo pós-30: continuidade ou ruptura?* São Paulo: Paz e Terra, 1999.

¹⁰ FORJAZ, Maria Cecília S. *Tenentismo e Aliança Liberal (1927-1930)*. São Paulo: Polis, 1978, p. 88.

se em mero instrumento das oligarquias dissidentes, pois os setores populares não estavam mobilizados nem organizados para seguir os novos rumos traçados pelo “Cavaleiro da Esperança”. Caso Prestes viesse a tomar parte no levante de 1930 e tentasse mudar seu rumo, ficaria sem respaldo sequer dos “tenentes”, e teria que acabar capitulando diante dos donos do poder. Como assinala em meu livro sobre a Coluna Prestes,

“em 1930, como em outras ocasiões da história do Brasil, a tragédia dos movimentos populares residiu no fato de que a sua debilidade e desorganização lhes impediram de trilhar um caminho independente, tornando-se joguetes nas mãos das classes dominantes, que os souberam usar com maestria para alcançar seus objetivos particulares. Luiz Carlos Prestes – para não se transformar em mais um brinquedo nas mãos das oligarquias dissidentes – teve que ficar só, rompendo até mesmo com seus companheiros mais próximos.”¹¹

Mais recentemente, o historiador Edgard Leite destacou que

“o momento em que Prestes se recusa a participar do levante de 1930 é um momento de capital importância da história do Brasil. É a primeira vez em que uma liderança política de expressão, que tinha tudo para estar no poder e usufruí-lo, se recusa a fazê-lo. E essa recusa, que é a recusa do jogo conciliador da política brasileira, tão pernicioso para o Brasil, representa a aceitação plena e radical de uma causa, a causa da sociedade como um todo, que jamais pode ser realizada pela ação entre amigos de um levante oligárquico.”¹²

Alguns argumentam que, naquele momento, ao ficar politicamente isolado, Prestes se revelara um “mau político”, pois, assumindo semelhante postura, teria abdicado da possibilidade de influir na vida política nacional. Tal postura seria decorrência, em grande medida, da carência “de base teórica político-cultural que lhe permitisse pensar acertadamente a inorgânica realidade brasileira”.¹³ Pode-se, contudo, perguntar: quem naquela época possuía tal base? Conforme ressalta, mais uma vez, E. Leite:

“Inexistia, na época, pensamento mais criativo e que inspirasse especulações e ações mais ousadas. Não há, portanto, maior demonstração de riqueza de pensamento político do que aquela que levou Prestes a romper com o golpe de Getúlio Vargas em 1930, em nome de um projeto social amplo, não excludente, revolucionário. (...)”

A sua liderança contribuiu para fortalecer uma corrente de opinião até então inexistente – ou esmagada e insignificante. (...) No que diz respeito à nossa política, portanto, a revolucionária, ele foi provavelmente o primeiro e o melhor dos políticos. O alcance da sua liderança não foi superado por nenhum de seus contemporâneos.”¹⁴

Sem dúvida, o isolamento de Prestes, em 1930, foi grande. Como ele mesmo costumava lembrar, ficara reduzido à condição de um general sem soldados.¹⁵ Cabe perguntar, entretanto, se, para não ser um “mau político”, Prestes teria que se manter dentro dos padrões políticos impostos pelas classes dominantes, teria que conciliar com seus interesses, abrindo mão da denúncia das desigualdades sociais e da miséria

¹¹ PRESTES, Anita Leocádia. *A Coluna Prestes*. Obra citada, p. 386.

¹² LEITE, Edgar L. Luiz Carlos Prestes e o nosso acerto com a História. *Cultura Vozes*. v. 92, n. 2, março-abril 1998, p. 109.

¹³ VIANNA, Marly de A.G. Luiz Carlos Prestes. *Novos Rumos*. n. 27, verão 1998, p. 56.

¹⁴ LEITE, Edgar L. Luiz Carlos Prestes e o nosso senso de dever. *Novos Rumos*. n. 29, verão 1999, p. 49-50.

¹⁵ Repetidas declarações de L.C. Prestes, presenciadas pela autora.

a que estavam condenados milhões de brasileiros? Prestes, ao romper com os donos do poder, ao negar apoio à Aliança Liberal e ao movimento chefiado por Vargas, optou aberta e sinceramente por uma política comprometida com os interesses dos trabalhadores e das grandes massas populares, pela luta ao lado dos oprimidos e explorados, contra os seus opressores e exploradores. Nesse particular Prestes distinguiu-se da maioria dos seus antigos companheiros, nisso Prestes foi diferente dos políticos que tradicionalmente governaram o Brasil e, por essa razão, os donos do poder jamais o perdoariam. Ao contrário, cultivaram, em relação a Prestes, um ódio sempre renovado que perduraria após seu desaparecimento, ora revelando-se sob a forma de repetidos ataques e calúnias, ora sob a forma da “pasteurização” (domesticação) de sua personalidade ou do total silêncio a respeito da vida e da obra do “Cavaleiro da Esperança”.¹⁶

Em 1930, Prestes, diferentemente da maioria dos políticos da época, incluindo seus antigos companheiros, os “tenentes”, percebeu a inexistência no Brasil tanto de uma expressiva organização das massas populares como de uma efetiva consciência revolucionária, capazes de propiciar a elaboração e a implantação de um programa viável de transformações radicais e profundas da sociedade brasileira. Embora tenha adotado a proposta estratégica do PCB – de uma revolução agrária e antiimperialista¹⁷ –, Prestes compreendeu que tal objetivo não poderia ser alcançado apenas com a ascensão ao poder de uma liderança de grande prestígio, como era o seu caso, pelas mãos das elites oligárquicas que lhe ofereciam esse poder na bandeja. Caso aceitasse assumir o comando do movimento armado – o Cavaleiro

da Esperança havia sido eleito pelos “tenentes” chefe militar da Revolução de 30 –, uma vez no poder, Prestes sabia que iria deparar-se com duas únicas alternativas possíveis: a capitulação diante dos interesses das classes dominantes ou o isolamento e a derrota, se tentasse levar adiante uma política voltada para atender aos verdadeiros interesses dos trabalhadores, dos oprimidos e dos explorados.

Nesse sentido, é interessante lembrar o debate travado, em maio de 1930, entre Prestes e Siqueira Campos, as duas principais lideranças tenentistas da época, antes do lançamento público do célebre Manifesto de Prestes. Em depoimento gravado, Prestes recorda que, após tomar conhecimento do texto do referido Manifesto, Siqueira Campos pedira para conversar com ele:

“E realmente conversamos. Eu trabalhava durante o dia (...) Então, à noite, nos reuníamos. Depois do jantar, sentávamos assim em frente, um ao outro, na mesma mesa. O Siqueira querendo convencer-me de que eu devia participar do movimento e eu a querer convencê-lo de que ele não devia participar. Mas não houve meio. Levamos uma semana, dez dias... Eu devo ter perdido, assim, alguns quilos, porque era uma discussão com um amigo, e eu admirava muito o Siqueira. E ele, também, não podia admitir a luta continuar sem mim.”¹⁸

Prosseguindo seu relato, Prestes conta os detalhes do seu diálogo com Siqueira Campos, quando lhe perguntava:

“Mas como é que tu vais marchar, vais participar de um movimento com Bernardes, Epitácio, Borges de Medeiros ... com toda essa cambada? – E Siqueira respondia: – São os

¹⁶ PRESTES, Anita Leocádia. “Uma estratégia da direita: acabar com os “mitos” de esquerda” (A propósito do filme documentário “O Velho – A História de Luiz Carlos Prestes”). *Cultura Vozes*, v. 91, n. 4, julho-agosto 1997, p. 51-62.

¹⁷ Cf. “Manifesto de Maio” de 1930 de L. C. Prestes, in BASTOS, Abguar. Obra citada.

¹⁸ Entrevistas concedidas por Luiz Carlos Prestes a Anita Leocádia Prestes e Marly de A. G. Vianna (gravadas em fita magnética e transcritas para o papel). Rio de Janeiro, 1981-1983, fita 8, p. 58-59.

primeiros que eu fuzilo. -- Prestes retrucava: -- Tu é que estás equivocado. Eles é que vão te fuzilar, porque qual é a força que tu tens? Estão todos eles do lado do Getúlio! (...) Eles é que vão te fuzilar, se você quiser continuar a fazer alguma coisa mesmo. Porque eles vão fazer a política da oligarquia gaúcha e a política deles, o que eles quiserem.”¹⁹

Hoje é possível afirmar, na esteira do pensamento de Gramsci, que, naquele momento histórico, Luiz Carlos Prestes compreendia que, para pôr em prática as transformações revolucionárias, propostas pelo PCB e por ele encampadas, seria necessário que as forças revolucionárias, antes, conquistassem a hegemonia na sociedade civil.²⁰ E, para isso, tais forças teriam que contar com o apoio de significativos setores populares, organizados, mobilizados e conscientes dos objetivos a serem alcançados. Embora concordasse com o programa, proposto pelo PCB, da revolução agrária e antiimperialista, definida como a primeira etapa da revolução socialista, Prestes percebera que era necessário preparar as forças sociais e políticas capazes de, sob a direção dos comunistas, alcançarem os objetivos traçados. Não poderia aceitar, portanto, os repetidos apelos para comandar uma “revolução” que não era a sua e, uma vez no poder, tentar virar a mesa. Prevvia que, por tal caminho, o fracasso seria inevitável.

Prestes, de posse da experiência das lutas tenentistas, verificara que, no Brasil, a desorganização dos setores populares, aliada à ausência de uma proposta de transformações efetivamente revolucionárias por parte dos “tenentes” – cujo programa limitava-se ao ideário liberal das oligarquias dissidentes –, impedia que a crise da República Velha pudesse gerar um poder voltado para a solução dos graves problemas sociais enfrentados

pela maioria do povo brasileiro. O tenentismo, ao contribuir para a formação de uma opinião pública favorável a mudanças, abalara os alicerces da República oligárquica, mas, dada a falta de autonomia ideológica dos “tenentes”, suas principais lideranças aderiram à Aliança Liberal, à candidatura de Getúlio Vargas e ao movimento armado de 1930, tendo alcançado o poder em posições subordinadas ao grupo varguista, vitorioso com a chamada Revolução de 30. Era o caminho da capitulação diante dos donos do poder ou, melhor dito, das classes dominantes. Caminho este inaceitável para Prestes, que, ao adotar o marxismo como teoria que passaria a nortear sua atuação política, entendera ser a luta de classes o motor das sociedades humanas e, conseqüentemente, a emancipação dos trabalhadores não poderia ser alcançada através de uma virada de mesa ou de conchavos com os poderosos de ocasião.²¹

Não se deve esquecer que, tradicionalmente, no Brasil, as classes dominantes, formadas por senhores de escravos e grandes proprietários de terras, jamais admitiram a possibilidade de organização popular. Dado o seu poderio econômico e político, puderam reprimir sempre com violência qualquer tentativa de mobilizar e/ou organizar setores populares na luta pelas suas aspirações. Como é apontado por Sérgio Buarque de Holanda (embora se referisse ao período imperial),

“no Brasil, onde funcionava uma caricatura do regime representativo, (...) os setores ignorados ou espoliados pelas oligarquias dominantes, e que formavam a grande maioria da nação, se inclinavam a secundar com frequência de bom grado aqueles que, entre os muitos descontentes com a situação, eram os únicos em condições de desafiar com bom êxito as mesmas oligarquias.”²²

¹⁹ Idem, p. 59.

²⁰ Sobre a questão da hegemonia, segundo A. Gramsci, cf. GRAMSCI, Antônio. *Cadernos do cárcere*. v. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

²¹ Cf. PRESTES, Anita Leocádia. *A Coluna Prestes*. Obra citada; PRESTES, Anita Leocádia. *Tenentismo pós-30: continuidade ou ruptura?* Obra citada.

²² HOLANDA, Sérgio Buarque de. A fronda pretoriana. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). *História*

Ao perceber a tradicional desorganização dos setores populares no Brasil, o grande historiador paulista deu uma explicação convincente para o papel destacado dos militares à frente dos movimentos de contestação das oligarquias dominantes:

“Os oficiais militares podem inscrever-se realmente na vanguarda das aspirações populares e figurar como porta-bandeiras dessas aspirações. Não porque agem na qualidade de representantes ou componentes das camadas desfavorecidas, mas porque eles próprios, distanciados como se acham dos donos do poder e sujeitos como estão aos caprichos do favoritismo oficial, também se sentem desfavorecidos e podem desforrar-se, por si e pelos outros.”²³

Considerando as observações de Sérgio Buarque de Holanda pertinentes para a explicação tanto dos levantes tenentistas nos anos de 1920,²⁴ quanto da influência revelada pelas concepções golpistas durante os acontecimentos de 1935 no Brasil,²⁵ pode-se acrescentar que essa tradicional desorganização dos setores populares contribuiu de maneira decisiva para a dificuldade encontrada pelos comunistas brasileiros no esforço desenvolvido para mobilizar e conscientizar os trabalhadores das cidades e do campo, conforme sempre se afirmou em seus documentos.

Vale lembrar que, desde outubro de 1929, o PCB definira a situação brasileira como revolucionária e, conseqüentemente, a tática a ser implementada pelos comunistas deveria ser a insurrecional.²⁶ Apesar dos inegáveis esforços

levados adiante para organizar, mobilizar e conscientizar os trabalhadores segundo as diretrizes do partido, a prática mostrou que as condições eram adversas e as análises produzidas pelo PCB não correspondiam à realidade que se desejava transformar. A derrota de novembro de 1935 foi o desfecho trágico dos erros de avaliação cometidos pelos dirigentes do movimento. Mais uma vez, a tradicional desorganização dos setores populares impediu que os comunistas pudessem avançar rapidamente, conforme pretendiam, no processo de mobilização das amplas massas e da conquista da hegemonia na luta pelos objetivos da revolução agrária e antiimperialista e, nos anos 1934/35, na luta contra o fascismo e o integralismo.²⁷

Há que reconhecer, entretanto, que os esforços desenvolvidos pelo PCB não foram totalmente infrutíferos; pelo contrário, inegavelmente contribuíram para que se formasse no Brasil uma consciência antiimperialista e pró reforma agrária e, a partir de meados dos anos trinta e durante a Segunda Guerra Mundial, surgisse também uma consciência antifascista e antiintegralista. Cabe assinalar que o prestígio de Luiz Carlos Prestes mostrou-se fundamental para que as bandeiras levantadas pioneiramente pelo PCB atingissem setores significativos da opinião pública nacional, conforme mostrei em meus livros dedicados ao tema.²⁸

A opção política feita por Prestes em 1930 constitui um desafio não só para os analistas políticos, comprometidos, em geral, em maior ou menor grau, com os interesses das elites dominantes, mas também para os cientistas sociais e historiadores, principalmente para os que buscam uma explicação racional para os fenômenos

Geral da Civilização Brasileira. t. 2, v. 5. São Paulo: Difel, 1972. p.345-346.

²³ Idem, p. 346.

²⁴ PRESTES, Anita Leocádia. *A Coluna Prestes*. Obra citada.

²⁵ PRESTES, Anita Leocádia. *Luiz Carlos Prestes e a Aliança Nacional Libertadora...* Obra citada.

²⁶ O III Pleno do C.C. (outubro de 1929). In: CARONE,

Edgard. *O P.C.B. (1922-1943)*. v.1. São Paulo: Difel, 1982, p.78-83.

²⁷ Cf. PRESTES, Anita Leocádia. *Luiz Carlos Prestes e a Aliança Nacional Libertadora...* Obra citada.

²⁸ Idem; PRESTES, Anita Leocádia. *Da insurreição armada (1935) à política de “União Nacional” (1938-1945):*

sociais. Nesse particular, o recurso ao método comparativo na História

“constitui um processo essencial no caminho para a sistematização dos conhecimentos, entre outras causas, porque possibilita ao observador afastar-se de seu próprio ponto de observação, de sua sociedade particular, sem o que não há objetividade possível nas ciências sociais.”²⁹

A comparação da posição assumida por Prestes, diante dos acontecimentos de 1929/30, com as escolhas feitas por Lula e a direção do PT, na virada do século XX para o XXI, é extremamente esclarecedora. Revela, por parte das lideranças petistas, a ignorância de uma característica fundamental das sociedades divididas em classes e da dinâmica da luta de classes, ou seja, de que a chegada ao poder, sem o apoio e a participação de setores populares organizados e mobilizados em torno de um programa definido de profundas transformações sociais, sem a conquista da hegemonia desses setores na sociedade civil, só poderá viabilizar-se mediante a capitulação frente às classes dominantes. E, hoje, no Brasil, isso significa a capitulação diante dos interesses do grande capital internacionalizado, em especial, do capital financeiro, ou seja, dos banqueiros internacionais.

Tal capitulação ocorreu, por parte de Lula – à frente do PT –, após três tentativas frustradas de alcançar o poder, nas eleições presidenciais de 1989, 1994 e 1998. Para conquistar a presidência, em 2002, foi feita uma escolha que, como é apontado por Leda Maria Paulani, professora do Departamento de Economia da FEA/USP, representou a opção pelo

a virada tática na política do PCB. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

²⁹ CARDOSO, Ciro Flamarion e BRIGNOLI, Héctor Perez. *Os métodos da História*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1981, p. 410-411.

“(...) caminho ‘mais seguro’, que não afrontava interesses constituídos, internos e externos, que impunha de vez o rentismo como marca de nossa economia, que consagrava para o Estado o papel paternalista e ‘focado’ de ‘cuidar dos pobres’, que não questionava as disparidades regionais e pessoais de renda e riqueza, que não ameaçava sequer arranhar a iníqua estrutura patrimonial do país, que mantinha-o, enfim, submisso aos imperativos da acumulação financeira que domina a cena mundial do capitalismo desde meados dos anos 70.”³⁰

Não há como discordar da autora citada, quando ela conclui:

“O governo do PT, sem coragem de afrontar os interesses constituídos, sem nenhuma disposição para arriscar uma mudança na postura do Estado que o tornasse capaz de enfrentar os problemas experimentados pelo país, escolheu a reafirmação da lógica perversa que já estava em curso e a entrega total do Brasil às exigências da acumulação privada.”³¹

Da mesma maneira que nos governos de Fernando Collor de Mello e Fernando Henrique Cardoso, no Governo Lula o capital financeiro permanece hegemônico, embora esteja em curso uma reforma do neoliberalismo, voltada para a construção de uma “nova versão do modelo capitalista neoliberal”.³² Evidencia-se cada vez mais que as políticas econômicas e sociais do Governo Lula estão provocando mudanças que poderão

³⁰ PAULANI, Leda Maria. “Quando o medo vence a esperança (um balanço da política econômica do primeiro ano do governo Lula)”. *Crítica Marxista*, n. 19, outubro de 2004, p. 15.

³¹ Idem. p. 23.

³² BOITO, Armando. “O Governo Lula e a reforma do neoliberalismo”. *Revista da Adusp*, maio de 2005. (www.cecac.org.br)

“dar um novo lólego político a esse modelo anti-nacional e antipopular do capitalismo”.³³

Trata-se, pois, de uma opção política que garantiu, por um lado, o poder para Lula e a cúpula do PT, mas significou, por outro lado, a total capitulação frente aos interesses do capital financeiro internacional. Estamos diante de uma opção política diametralmente oposta àquela feita, em 1930, por Luiz Carlos Prestes.

Estudos recentes de autores de esquerda tem revelado preocupação com a hegemonia neoliberal no Governo Lula, mostrando, inclusive, que tal hegemonia apóia-se em “novas e variadas divisões produzidas no seio das classes trabalhadoras. Não apenas divisões provocadas no plano econômico, como ocorre com desemprego e terceirização, mas também, divisões políticas e ideológicas introduzidas pela burguesia.”³⁴

Na verdade, Lula herdou dos governos anteriores não só a base de sustentação, formada pelo grande capital internacionalizado, como também “os apoios que o neoliberalismo logrou obter no meio popular”.³⁵

Tudo indica, portanto, que a solução dos graves problemas que afetam a maioria do nosso povo – e hoje tais problemas são muito mais graves do que em 1930 – depende de as forças de esquerda revelarem capacidade de organizar, mobilizar, conscientizar e unificar os diferentes setores de um universo extremamente dividido e repleto de contradições dos trabalhadores brasileiros. A solução radical dos problemas brasileiros não será alcançada mediante acordos com o grande capital internacionalizado, sem a participação efetiva dos movimentos populares organizados e unificados em torno de um programa de transformações capazes de imprimir um novo rumo à política do Estado. Um rumo que tenha

por objetivo contemplar os interesses da maioria e não os de grupos privilegiados, incluindo setores da própria classe operária, movidos muitas vezes por interesses corporativos.³⁶

Mais uma vez, contrastando com as escolhas realizadas por Lula e o PT, a opção política feita, em 1930, por Luiz Carlos Prestes revela-se ainda hoje acertada, tendo em vista os mais legítimos anseios da maioria dos trabalhadores e dos setores populares marginalizados e pauperizados pelas políticas de governos comprometidos com os interesses do grande capital internacionalizado.

A partir de 1930, Prestes passou a dedicar todas as suas energias à tarefa de construção das forças sociais e políticas capazes de trilhar o caminho da revolução socialista no Brasil. Sabedor de que o caminho escolhido seria árduo, difícil e demorado, o “Cavaleiro da Esperança” compreendia que não seria possível estabelecer prazos para a conquista dos objetivos traçados. Enfrentando os erros que iam sendo cometidos e procurando corrigi-los, o fundamental para ele era buscar sempre os meios de contribuir para a organização e a conscientização de amplos setores populares na luta contra o sistema capitalista.

³³ Idem.

³⁴ BOITO JR., Armando. A hegemonia neoliberal no governo Lula. *Crítica Marxista*, n. 17, novembro de 2003. p.32.

³⁵ Idem. p. 34.

³⁶ Cf. BOITO JR, Armando. A hegemonia neoliberal no governo Lula. Obra citada.